



PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO ADCM/31/2025

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

1 - Fundamentação de facto da escolha do tipo de Procedimento

A escolha do procedimento de “ajuste direto” fundamenta-se estritamente em função de critérios materiais, ao abrigo do disposto na subalínea i) da alínea e) do nº 1 do artigo 24.º do CCP – Código dos Contratos Públicos, que permite a consulta ao mercado para a celebração de contratos de qualquer valor..

2 - Objeto do Contrato

Atuação Musical do Artista “Fernando Daniel” – 16 de julho - Festival do Frango do Campo 2025 – Festas do Concelho de Oliveira de Frades.

3 - Tipo do contrato

Aquisição de Serviços.

4 - Designação:

Atuação Musical do Artista “Fernando Daniel” – 16 de julho - Festival do Frango do Campo 2025 – Festas do Concelho de Oliveira de Frades

5 - Classificação CPV em que se insere o objeto do contrato

A classificação CPV em que se insere o objeto do contrato é Serviços fornecidos por autores, compositores, escultores, artistas e outros artistas individuais com a referência interna 92312200-3.

6 - Prazo da execução do contrato

1 Dias

7 - Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é o Município de Oliveira de Frades, situada em Largo Dr. Joaquim de Almeida, 3680-111 Oliveira de Frades, com os números de telefone 232760300 e de fax 232761727 e com o endereço eletrónico cmofrades@mail.telepac.pt

O contrato é adjudicado por uma central de compras?

Não

8 - Órgão responsável pela decisão de contratar

A decisão de contratar é da responsabilidade do Presidente
Presidente.

9 - Têm fundos EU?

Não

10 - Previamente à abertura do procedimento foi realizada uma consulta preliminar ao mercado

Sim

11 -

Previsão de renovações

Não

12 - Contrato adequado para PME

Não

13 - Cobertura ACP (Acordo dos Contratos Públicos da Organização Mundial do Comércio)

Não

14 - Critério

O procedimento será realizado através do critério material, ao abrigo do disposto na alínea e.i do número 1 do artigo 24.º do CCP.

15 - Fundamentação na escolha do critério material

Escolha do procedimento (ajuste direto em função de critério material):

A execução da prestação objeto deste concurso (contratação do artista “Fernando Daniel”) só deve ser confiada a uma única entidade, na medida em que só existe no mercado uma entidade capaz de garantir a realização do espetáculo artístico pretendido pelo Município, o que justifica, neste caso, a dispensa de sujeição à concorrência de mercado, ou seja, só existe no mercado um prestador de serviços apto a satisfazer aquela necessidade em concreto e nenhum outro operador reúne as condições para apresentação de proposta que satisfaça as necessidades da entidade adjudicante para a atuação do artista Fernando Daniel no dia 16 de julho de 2025. Neste sentido, a empresa Universal Music Portugal, S.A. - PC nº 503501999, apresentou declaração de exclusividade, na qual garante a exclusividade pelo agenciamento, para o território Nacional do artista - “Fernando Daniel”.

Assim, nos termos do disposto no artigo 38.º do CCP e atendendo à especificidade dos serviços em causa, que consistem, essencialmente, na realização de um espetáculo artístico, propõe-se a abertura de um procedimento do tipo “Ajuste direto” em função de um critério material, com convite a uma só entidade, nos termos do disposto na subalínea i) da alínea e) do nº 1 do art.º 24.º, bem como no nº 2 do artigo 112.º e seguintes do referido código.

16 - Fundamentação para a escolha do procedimento de formação do contrato

Artigo 24.º, n.º 1, alínea e), subalínea i) do Código dos Contratos Públicos

17 - Aplica-se a contratos reservados(54-A)?

A participação não está reservada

18 - O procedimento poderia ter sido realizado ao abrigo das medidas especiais de contratação pública? Não

19 - Preço Base

O preço base fixado será de 25.000,00 euros.

Fundamentação da escolha do preço anormalmente baixo

Não foi definido para este procedimento concursal o preço ou custo anormalmente baixo nos termos do artigo 71º do CCP.

20 - Documentos que deverão ser obrigatoriamente apresentados com a proposta

- A proposta deve ainda ser instruída com documento que especifique claramente as necessidades técnicas e logística do artista, designadamente no que diz respeito a equipamento técnico de som, luz e vídeo, a catering e camarins, bem como outras condições necessárias à realização do espetáculo.;
- DECLARAÇÃO - (a que se refere o nº 4 do artigo 69º do Código do Procedimento Administrativo anexo ao decreto-lei nº 4/2015, de 7 de janeiro) (Ver Anexo E);;
- Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I do CCP;;
- Declaração que comprove a exclusividade de representação do artista;;
- Outros documentos que o concorrente entenda necessários para complementar a sua proposta (por exemplo uma descrição que contenha os elementos técnicos que definem e caracterizem o serviço proposto);;

- Proposta de preço global com indicação expressa da não inclusão do IVA (Ver anexo D) que contenha os atributos da proposta, nomeadamente as quantidades, características e ou especificações dos serviços objeto do presente concurso, de acordo com o previsto no Caderno de Encargos;;
- Quando aplicável, o documento definido no nº 7 do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto (certidão de teor do pacto social da empresa devidamente atualizada e procuração (quando aplicável). Tais documentos comprovativos de titularidade de poderes para submeter a proposta na plataforma eletrónica, são exigíveis somente quando o certificado digital utilizado no carregamento de documentos na referida plataforma não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura..

21 - Idioma dos documentos da proposta

Nos termos do número 3 do artigo 58.º do CCP, quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis, podem ser redigidos em Português

22 - Documentos de habilitação que deverão ser obrigatoriamente apresentados

- Certidão do registo comercial atualizada, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções (caso já a tenha entregue com a proposta já não é necessária);;
- Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do CCP;
- Documento comprovativo de Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE) - Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto ou o respetivo código de acesso (o preenchimento da declaração do RCBE é feito através do site <https://justica.gov.pt/servicos/Registo-de-Beneficiario-Efetivo>). (Não aplicável a entidades em nome individual).

Tendo em atenção o disposto no nº1, b) do artigo 37º da Lei nº89/2017, de 21 de agosto, o incumprimento das obrigações declarativas previstas no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei nº89/2017, de 21 de agosto, proíbe a celebração do contrato decorrente do presente procedimento, constituindo causa de caducidade da adjudicação por força do disposto no artigo 87º-A do CCP.;

- Documento de identificação do adjudicatário, caso se trate de uma pessoa singular ou documentos de identificação dos representantes legais da adjudicatária, caso se trate de uma pessoa coletiva. Nas situações em que o/a adjudicatário(a) for representado (a) por procurador, juntar a competente procuração. (Alerta-se que, de acordo com o estipulado no nº 2 do artigo 5º da Lei nº 7/2007, de 5 de fevereiro, é interdita a reprodução do cartão de cidadão em fotocópia ou qualquer outro meio, sem consentimento do titular. Em caso de disponibilização do mesmo, considera-se um ato devidamente informado e consentido).;
- Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º.

23 - Prazo de entrega dos documentos de habilitação

O prazo para a entrega dos documentos de habilitação é de 5 dias úteis após a data de adjudicação até às 23 horas e 59 minutos.

24 - Prazo para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados

O prazo para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados é de 2 dias úteis.

25 - Prazo para entrega da proposta

O prazo limite para a apresentação das propostas é de 9 dias a contar a partir da data do envio dos convites, até às 18 horas e 30 minutos.

26 - Prazo durante o qual os concorrentes são obrigados a manter a respetiva proposta

66 dias a contar do termo do prazo para apresentação das propostas.

27 - Modo de apresentação da proposta

Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados através da plataforma eletrónica acinGov (www.acingov.pt).

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

Obrigação de Subcontratação

Não é aplicável nenhuma obrigação de subcontratação.

Indicação de Subcontratação na Proposta

Inexistência de indicação de subcontratação.

28 - Pedidos de esclarecimentos

Todas as questões e/ou pedidos de esclarecimento deverão ser colocados ao órgão competente, neste caso o Presidente.

29 - Prestação da caução

Não é exigida a prestação de caução.

* Este documento, bem como todas as peças do procedimento, foi assinado digitalmente pelo órgão responsável pela decisão de contratar no momento da aprovação de abertura do procedimento.